

NOME: IGOR RAMON LOPES MONTEIRO

TÍTULO: GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: ALGUNS LIMITES DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO SEXISMO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS.

AUTORES: IGOR RAMON LOPES MONTEIRO, DOUGLAS TOMÁCIO LOPES MONTEIRO, RAIMUNDO ÍCARO VIEIRA DA SILVA

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): Ministério da Educação

PALAVRA CHAVE: Educação, Direitos Humanos, Sexismo

#### RESUMO

Orientador: MARCO AURÉLIO MÁXIMO PRADO - mamprado@gmail.com

**RESUMO:** Com vistas no enfrentamento ao sexismo, o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG, realizou, entre 2009 e 2013, o Projeto Educação sem Homofobia (ESH). Financiado pelo Ministério da Educação, entre outras ações, foram ofertados três cursos de formação continuada voltados prioritariamente a profissionais da rede pública de educação. Esse projeto se encontra alinhado aos planos nacionais de direitos humanos (2009), de políticas para as mulheres (2005), da promoção da cidadania e direitos humanos LGBT (2009) e também com os debates da conferência nacional de educação (2010). Todos esses instrumentos propõem a criação e ampliação de estratégias que visam a redução das desigualdades de gênero nas instituições escolares brasileiras.

**OBJETIVOS:** O principal objetivo do ESH volta-se a questionar práticas e valores presentes no ambiente escolar que reproduzem e legitimam hierarquias sexuais, naturalizando a norma heterossexual e invisibilizando/invisibilizando outras possibilidades de manifestação das sexualidades. Especialmente nestes dois últimos anos, devido a complexidade envolvida na reprodução e atualização das normas de gênero, privilegiou-se a construção de uma rede composta de diferentes instituições sociais que se implicassem no enfrentamento ao sexismo e, em especial, à violência homofóbica. Rede esta tecida com a colaboração de representantes dos poderes públicos, Universidades, comunidade escolar, militantes e ativistas sociais LGBTs da região metropolitana de Belo Horizonte e Vale do Jequitinhonha.

**METODOLOGIA:** Para tanto, estabelecemos um plano de ações integradas que envolviam temas relativos às homossexualidades, travestilidades e transexualidades: houve a realização de um curso de formação para educadores/as da rede pública municipal de ensino; seminários com diretores/as e gestores/as escolares; ciclos de debates voltados à comunidade local; participação nas paradas do orgulho LGBT e em outras atividades dos movimentos sociais e do poder público; lançamento, formação e acompanhamento de jogos didáticos com o tema da diversidade sexual; além do apoio a educadores/as na elaboração e desenvolvimento de um projeto de intervenção na escola onde atuavam.

Em relação aos referenciais teóricos que balizaram os trabalhos de extensão, foram utilizados BUTLER (2003), BORRILLO (2004), JUNQUEIRA (2009), LOURO (1999), dentre outras autoras/es, que, em suas postulações, salientam a vigência de uma política cotidiana das sexualidades, fundada em uma dinâmica de normalização e generificação das relações sociais. Um dos problemas fundamentais apontados nesse processo refere-se ao caráter binário e heterocentrado das normas de gênero, em que noções como masculino e feminino assumem uma posição hierarquicamente desigual e complementar, gerando a reprodução, atualização e legitimação das assimetrias no campo das relações de gênero e sexualidade.

Na execução do Projeto Educação Sem Homofobia, procurou-se discutir o papel da instituição escolar em sua função política, buscou-se visibilizar e questionar as lógicas de gênero no cotidiano escolar. Foram ressaltados temas como história da sexualidade, gênero e educação, heterossexualidade compulsória, a pedagogia do insulto, dentre outras questões que, uma vez mapeadas e compreendidas, poderiam ser úteis na promoção da diversidade sexual e, por conseguinte, na construção de espaços públicos um pouco mais plurais.

**RESULTADOS:** Ao longo desses 04 anos, foram formados cerca 600 educadores/as para trabalharem e problematizarem o tema da diversidade sexual. Aproximadamente 80 escolas públicas, distribuídas por BH e região metropolitana e Vale do Jequitinhonha, contaram com intervenções pedagógicas, culturais e artísticas no tocante ao respeito à orientação sexual e de identidade de gênero. Observou-se, inclusive, que algumas secretarias municipais avançaram nas políticas voltadas para o público LGBT: por exemplo, a Secretaria de Educação de Contagem, que criou um Grupo de Trabalho responsável por elaborar, implementar e acompanhar ações no campo da sexualidade. Além disso, livros que retratam parte desse processo estão em fase de publicação – tratam-se de textos escritos pelos profissionais que participaram do projeto e retrataram suas experiências de intervenção.

**CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS:** Diante da não finalização das ações, nossas considerações adquirem um caráter preliminar. No entanto, é possível destacar ao menos dois aspectos relativos aos resultados já alcançados:

- I. Uma das principais constatações realizadas durante as atividades de formação é a importância de ações intersetoriais na construção das propostas de intervenção de combate à homofobia. Nossa experiência tem mostrado que o enfrentamento à homofobia exige inúmeras estratégias pessoais e institucionais, consolidando-se a hipótese de que a promoção de uma sociedade menos homofóbica não pode ser tarefa exclusiva de apenas um ator social. A intersetorialidade favorece não apenas a construção de uma rede, ela tem impactos diretos sobre as ações desenvolvidas nos espaços escolares – trata-se de uma estratégia de empoderamento social.
- II. Em que pese às conquistas alcançadas, a homofobia institucional ainda se mostra como fator que impossibilita a estruturação e desenvolvimento de ações pedagógicas ou políticas públicas mais amplas. Em relação ao cotidiano escolar, por exemplo, constatou-se a fragilização de inúmeras intervenções, invisibilizadas pela ausência de apoio institucional da escola – em muitos contextos, a sexualidade ainda é vista como um tema relegado à esfera privada. Por outro lado, no campo das políticas públicas, observou-se um quadro semelhante: uma gestão político-educacional que não ultrapassa as experiências isoladas de formação docente ou, em casos excepcionais, a distribuição de livros didáticos.